

HABEAS CORPUS Nº 497.435 - SP (2019/0066889-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : RICARDO RODRIGUES MARTINS
ADVOGADO : RICARDO RODRIGUES MARTINS - SP243063
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAIANE CRISTINA SOARES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. VALOR DA RES FURTIVA SUPERIOR A 50% DO SALÁRIO MÍNIMO. RÉ REINCIDENTE. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE.

Writ denegado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Daiane Cristina Soares**, apontando-se como autoridade coatora a Oitava Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal n. 0000107-05.2016.8.26.0545 – fl.44).

Narram os autos que o Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Bragança Paulista/SP condenou a paciente, juntamente com a corré Maria Aparecida Soares, às penas de 8 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 3 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal. Na oportunidade, foi-lhe concedido o direito de apelar em liberdade (fls. 39/43).

A acusação e a defesa interpuseram recursos, aos quais o Tribunal *a quo* negou provimento e determinou a expedição de mandado de prisão em desfavor das rés.

Neste *mandamus*, o impetrante alega que, *no presente caso, está mais que evidente que o valor das mercadorias que as rés tentaram furtar não passou de cem reais cada uma, pois a paciente Daiane pegou seis latas de cerveja, um óleo corporal e um prestobarba, a soma destas mercadorias não ultrapassaria cinquenta reais* (fl. 5).

Destaca que, *nos casos de ínfimo abalo ao bem jurídico, a substância do injusto é tão pequenina que não subsiste nenhum porquê à aplicação de pena, de modo que a mínima sanção penal seria patentemente desproporcional à real significância material do episódio* (fl. 5).

Menciona, ainda, que a paciente tem uma filha de apenas 9 anos de idade e,

por isso, deveria ter a sua pena substituída.

Requer, inclusive liminarmente, a aplicação do princípio da insignificância ou a substituição da pena.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 68/70).

Prestadas as informações (fls. 74/130), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Alcides Martins, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 133/136).

É o relatório.

Ao afastar a incidência do princípio da insignificância, asseverou o Tribunal *a quo* (fls. 49/51):

Requer a defesa a aplicação do princípio da insignificância, porém, sem sorte, seja porque essa excludente não encontra amparo na legislação, seja porque a “res furtiva” possui valor econômico, conforme demonstrado pelo auto de avaliação (R\$ 537,00 fl. 113).

[...]

Por outro lado, se referido princípio fosse aplicado, o Estado acabaria desprotegendo a coletividade com a estimulação à prática reiterada de pequenos delitos.

Sobre o assunto, confira:

“Na concreta situação dos autos, não há como acatar a tese de irrelevância material da conduta protagonizada pelo paciente, não obstante a reduzida expressividade financeira dos objetos que se tentou furtar. (...) Logo, o reconhecimento da insignificância material da conduta increpada ao paciente serviria muito mais como um deletério incentivo ao cometimento de novos delitos do que propriamente uma injustificada mobilização do Poder Judiciário. 3. O acusado dá claras demonstrações de que adotou a criminalidade como verdadeiro estilo de vida. O que impossibilita a adoção do princípio da insignificância penal e, ao mesmo tempo, justifica a mobilização do aparato de poder em que o Judiciário consiste” (STF HC nº 96.202/RS Primeira Turma Rel. Min. Ayres Brito DJe 28/05/2010)

Assim, descabido o pedido de reconhecimento do princípio da insignificância.

De fato, a irresignação não merece acolhida.

Com efeito, conforme asseverou o acórdão impugnado, os objetos subtraídos foram avaliados em R\$ 537,00 (quinhentos e trinta e sete reais), o que corresponde a mais de 50% do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos (8/2/2016), não havendo como sustentar, como insiste a defesa técnica, que o valor dos bens furtados possa ser considerado insignificante, notadamente se considerarmos a realidade social e econômica do nosso país.

Tal entendimento guarda perfeita harmonia com a jurisprudência consolidada

nesta Corte:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. VALOR NÃO IRRISÓRIO DO BEM.

1. O Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. Na espécie, não há como reconhecer o reduzido grau de reprovabilidade ou a mínima ofensividade da conduta, de forma a viabilizar a aplicação do princípio da insignificância, pois, os bens subtraídos (4 pacotes de carne) foram avaliados em R\$ 200,00 (duzentos reais), valor que não pode ser considerado insignificante, tendo em vista representar mais de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente à época do fato (R\$ 724,00 - setecentos e vinte e quatro reais -, Decreto n. 8.166/2013).

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.717.799/MG, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 1º/6/2018)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. *RES FURTIVA* AVALIADA EM R\$ 136,90. APROXIMADAMENTE 25 % DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA. RESTITUIÇÃO DO BEM. IRRELEVANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a mínima ofensividade da conduta do agente; nenhuma periculosidade social da ação; o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. A lesão jurídica causada pelo furto de bens avaliados em R\$ 136,90, o que representa aproximadamente 25% do salário mínimo vigente à época dos fatos, não se revela inexpressiva, obstando a aplicação do princípio da bagatela.

3. A restituição dos bens à vítima não constitui, isoladamente, motivo suficiente para a aplicação do princípio da insignificância.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.632.872/MG, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 8/3/2018)

Ademais, verifica-se que a ré é reincidente, o que, segundo precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal, é fundamento idôneo para afastar a incidência do princípio da insignificância. Confirmam-se:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E PRIVILÉGIO. *RES FURTIVA*. VALOR NÃO IRRISÓRIO. INAPLICABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É incabível a aplicação do princípio da insignificância ao caso concreto, uma vez que valor do bem subtraído não pode ser considerado irrisório, R\$ 400,00 (quatrocentos reais), já que equivale a mais de dez por cento do salário mínimo vigente à época do fato, R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), bem como

diante da reincidência do réu, não configurando nem mesmo os requisitos para a aplicação do privilégio.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.771.468/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 26/2/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL. RECEPÇÃO (CP, ART. 180). CONDENAÇÃO. PRETENDIDO RECONHECIMENTO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. COMPROVADA CONTUMÁCIA DELITIVA DA AGRAVANTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se mostra possível acatar a tese de irrelevância material da conduta praticada pela agravante, pois, não obstante a inexpressividade do bem subtraído, as informações extraídas dos autos são inequívocas quanto a sua condição de contumaz na prática de crimes contra o patrimônio, o que desautoriza a aplicação do princípio da insignificância, na linha da jurisprudência da Corte.

2. O Tribunal Pleno, ao denegar o HC nº 123.108/MG, o HC nº 123.533/SP e o HC nº 123.734/MG (sob a relatoria do Ministro Roberto Barroso), consolidou o entendimento de que a habitualidade delitiva específica ou a reincidência obstatam o reconhecimento do princípio da insignificância (Informativo nº 793/STF).

3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(AgR no RHC n. 152.146/DF, Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 16/4/2018)

Assim, o Tribunal *a quo* afastou a possibilidade de substituir a pena carcerária por penas restritivas de direitos, em razão da reincidência da paciente, atendendo aos ditames do art. 44, II e III, do Código Penal.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator